

O Solo e o Homem: o problema da mão-de-obra no Império através dos escritos de Louis Couty.

Moisés Stahl*

Introdução

O tema a ser abordado nesta apresentação é o pensamento de Louis Couty sobre as questões relativas ao problema da mão-de-obra no contexto da formação e organização do mercado de trabalho livre no Brasil Império (1871-1888).¹ O panorama geral é o da transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Compreender e refletir a partir de seus escritos a totalidade que o problema da mão-de-obra envolveu neste momento da história brasileira é objetivo nesta pesquisa. Discutiremos como foi conduzido o processo de abolição, como foi discutido a utilização do trabalhador imigrante e como a figura do trabalhador nacional foi discutida e representada comparando as com a figura do escravo e do imigrante europeu e, implícito nisto a formação do povo brasileiro segundo o pensamento de Louis Couty. Entendemos que o problema da mão-de-obra não se resumiu apenas na falta de braços para suprir as necessidades da expansão cafeeira. Também envolveu outras questões como a ideia de povo amparada nos ideais elitistas tributários do modelo europeu de sociedade. Nossa preocupação é saber como o pensamento de Louis Couty se relacionou com as ideias em voga e com as transformações políticas, sociais e econômicas do Brasil Império.

No decorrer do século XIX, o Império brasileiro deparou-se com varias questões políticas e econômicas, com destaque para a da mão-de-obra². Sua economia era baseada na agricultura, sendo o café responsável por o maior montante da exportação³. O café já era o principal produto brasileiro de exportação na década de 1840; mas na segunda metade do século XIX, sobretudo a partir das décadas de 1860 e

*Graduado em história pela UNESP Campus de Assis. Funcionário da biblioteca da FATEC Bauru.

¹ Diversos autores dão como consolidado a formação do mercado de trabalho livre no Brasil com os anos de 1920-1930, assim a periodização utilizada nesta pesquisa corresponde a uma etapa na formação e organização do mercado de trabalho livre no Brasil.

² “O problema da mão-de-obra era preocupação constante no Império como o indica o fato de ter sido o que mais vezes apareceu nas Falas do Trono: em 56 Falas 34 o mencionaram”. José Murilo de Carvalho, “Modernização Frustrada: A Política de Terras no Império”. In. *Revista Brasileira de História*, março 1981, p. 51.

³ Virgílio Noya Pinto. “Balanço das transformações econômicas no século XIX”. In. MOTA, Carlos Guilherme. (org.) *Brasil em perspectiva*. 14ª ed. São Paulo. 1984.

1870, a produção cafeeira passou por transformações profundas. A história dessas transformações é a história da formação de novas relações de produção não somente na economia cafeeira, mas no conjunto da sociedade brasileira.⁴ A expansão cafeeira demandou terras, mão-de-obra e capital⁵. De início o trabalho escravo supriu as necessidades demandadas pela cultura do café. Foi com a Lei Eusébio de Queiroz (1850),⁶ que pôs fim ao tráfico transatlântico de escravos, que a ameaça de uma escassez de braços para suprir as necessidades da expansão cafeeira ganhou vulto, diante dessa possibilidade surgem as primeiras tentativas de utilização do trabalhador imigrante.⁷ Entretanto, o trabalho escravo continuou utilizado nas lides da lavoura de café. Com efeito, somente a partir de meados da década de 1880 que surgem na província de São Paulo, as primeiras grandes levas de imigrantes europeus, em sua grande maioria italianos. Porém, é com a Lei do Ventre Livre (1871) que, de acordo com Ademir Gebara, se definiu a estratégia básica pela qual se dariam a abolição e a transição para o trabalho livre, quanto para a configuração do mercado de trabalho livre no Brasil⁸. Segundo este autor, tanto a abolição do trabalho escravo quanto a transição para um sistema de trabalho livre, são processos que se relacionam ao problema do controle e da organização do mercado de trabalho por parte das elites⁹. Outra lei foi objeto de estudo de Maria Lucia Lamounier, a Lei de Locação de Serviços de 1879. Sobre esta lei a autora diz: “Sua discussão veio no bojo da política implementada para a extinção da escravatura em 1871 e é dentro desse quadro que

⁴ Sergio Silva. *Expansão cafeeira e as origens da indústria no Brasil*. Editora Alfa - Omega. São Paulo, 1980. pp. 18.

⁵ Paulo Cesar Gonçalves. *Mercadores de Braço, Riqueza e Acumulação na Organização da Imigração Européia para o Novo Mundo*. Tese de Doutorado. São Paulo, USP, 2008. pp. 127.

⁶ No mesmo ano de 1850 foi promulgada a Lei de Terras que, “por seu turno, além da questão fundiária, trouxe a preocupação em autorizar o governo a promover a colonização estrangeira localizando-a onde achasse conveniente: estabelecimentos agrícolas, trabalhos dirigidos pela administração pública, ou formação de colônias. Certamente, o objetivo não era apenas carrear estrangeiros para substituir diretamente os escravos nas lavouras ou criar núcleos de povoamento com funções específicas de ocupação e defesa. Havia um propósito mais ambicioso de superação do trabalho compulsório e, conseqüentemente, de formação de uma nova sociedade espelhada nos padrões europeus, na qual a contribuição dos imigrantes seria fundamental”. Paulo Cesar Gonçalves. *Op. Cit.* pp. 127

⁷ Emilia Viotti da Costa. *Da Senzala à Colônia*.

⁸ Ademir Gebara. *O Mercado de Trabalho Livre no Brasil (1871-1888)*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1986. pp. 11.

⁹ Ademir Gebara. *Op. Cit.* pp. 201-202.

cabe analisá-la”.¹⁰ Esta legislação tinha como ponto principal regulamentar as relações contratuais entre fazendeiros e estrangeiros fixados no país ou que porventura para aqui se dirigissem, bem como os nacionais livres.¹¹

Celia Maria Marinho de Azevedo trata das questões relativas à mão-de-obra evidenciando as preocupações¹² das elites do Império em constituir um povo à sua imagem e semelhança, nos moldes e padrões europeus, considerados os representantes da civilização. Desta forma, seria a imigração o viés civilizador da sociedade brasileira. A transformação da sociedade brasileira, de inerte, ociosa, para uma sociedade engenhosa e progressiva se daria com o branqueamento da população via imigração. “(...) Esta busca de um povo foi expressa repetidamente por diversos reformadores ao longo de todo o século XIX. (...)”¹³

Louis Couty nasceu na França em 1854 e com 24 anos de idade classificou-se em primeiro lugar para a cadeira de professor da Faculdade de Medicina de Paris. Neste mesmo ano de 1879 instalou-se no Brasil, indicado pelo seu mestre, Edmé-Félix-Alfred Vulpian, quem fora encarregado por D. Pedro II de indicar um regente para a cadeira de Biologia Industrial na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Foi professor dessa escola e do Museu Nacional até a sua morte, precocemente ocorrida em 1884.¹⁴ Além dos experimentos em laboratório, Louis Couty, realizou viagens pelas regiões sul e sudeste do país, onde se defrontou com os problemas da expansão do cultivo do café, da escravidão em sua fase final e das tentativas de atrair força de trabalho do imigrante europeu para o país.

Durante os cinco anos de vivência no Brasil, Louis Couty manteve algumas amizades com políticos e intelectuais importantes da época, como Alfredo d’E. Taunay

¹⁰ Maria Lucia Lamounier. *Da Escravidão ao Trabalho Livre: a Lei de Locação de Serviços de 1879*. Editora Papirus. Campinas – SP. 1988. pp. 110.

¹¹ Idem. pp. 123.

¹² O medo da “onda negra” que pairava sobre a província de São Paulo, principal receptora de escravos vindos do nordeste, também foi decisivo na transição do escravismo para o trabalho livre. Os cafeicultores e seus representantes políticos temiam que com o tráfico interprovincial e o volumoso fluxo de escravos, a província assumisse todo o ônus do processo de superação do trabalho escravo. Celia Maria Marinho de Azevedo. *Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Editora Annablume. 3ª edição. São Paulo. 2008.

¹³ Celia Maria Marinho de Azevedo. *Op. Cit.* pp. 29-30.

¹⁴ *Ciência Hoje*, Dr. Louis Couty: cientista ilustre e prestante servidor do Brasil. Vol.13, n.73, jul., 1991. pp. 16.

e André Rebouças. Estes desenvolveram intensa campanha em defesa da colonização do Brasil por imigrantes europeus – principalmente quando da fundação da Sociedade Central de Imigração.¹⁵ É nesse ambiente intelectual que Louis Couty desenvolve suas ideias sobre a sociedade brasileira. De acordo com Gislene Aparecida dos Santos, Couty representava a mescla perfeita das ideias do Iluminismo com as do Liberalismo, e: “Contudo, sendo um autor do século XIX, também não está alheio às teorias positivistas e evolucionistas como as presentes nas teorias de Herbert Spencer...”¹⁶

A propósito das influências que delinearam sua ideia de Brasil buscar-se-á compreender como essas ideias chegaram a Louis Couty. Como observou Jean-François Sirinelli a respeito do uso dos intelectuais, ou do pensamento destes, como objeto de pesquisa,

(...) é verdade que a história das idéias políticas se havia durante muito tempo acantonado mais no estudo dos grandes compositores que na história das orquestras e da recepção do público. Em outras palavras, alguns problemas foram demasiadamente deixados na penumbra: como as idéias vêm aos intelectuais? Por que uma ideologia torna-se dominante no meio intelectual numa data dada? Tanto quanto a própria partitura, seu eco é objeto da história.¹⁷

A Sociedade Central de Imigração - na qual Alfredo d'E Taunay e André Rebouças eram membros ativos -, que defendia um modelo de imigração para o Brasil, tornou-se um centro difusor das ideias imigrantistas da época. Louis Couty é de período pouco anterior ao de maior atuação da referida sociedade, entretanto presenciou e louvou sua fundação. A Sociedade Central pretendia ser a proponente de

¹⁵ A Sociedade Central de Imigração foi fundada em 1883 no Rio de Janeiro e existiu até 1891. Seus líderes fizeram vigorosa campanha em favor da imigração européia e de uma série de reformas relacionadas ao tema da imigração, colonização, mão-de-obra e pequena e grande propriedade. Um dos objetivos do grupo era o de criar uma forte classe média rural composta de imigrantes europeus, que seriam agricultores independentes. Taunay e Rebouças eram membros desta sociedade. Michael M. Hall. “Reformadores de classe média no Império brasileiro: a Sociedade Central de Imigração”. Revista de História. São Paulo, ano XXVII, v. LIII, 1976.

¹⁶ Gislene Ap. dos Santos. “A Invenção do Ser Negro: Um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros”. Editora Educ-Fapesp-Pallas. São Paulo-Rio de Janeiro. 2002. pp. 100.

¹⁷ Jean-François Sirinelli. “Os Intelectuais”. In. Por uma história Política. (org.) René Rémond. FGV Editora. 2ª edição. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro. 2003. pp. 236. “(...) Couty é o eco de seus amigos; ele conhece aquilo que lhe é mostrado. O que ele mesmo viu foi percebido através do prisma deformante de sua própria sensibilidade, impregnada pela filosofia evolucionista e pelos preconceitos de seus anfitriões. E é aí que reside, aliás, parte do interesse de seu trabalho.” Kátia M. de Queirós Mattoso. Introdução. In. Louis Couty “A Escravidão no Brasil”. pp. 21. Com efeito, acreditamos também na influência que Couty, como representante das correntes de pensamento europeu em voga, exerceu no pensamento imigrantista brasileiro.

uma imigração seletiva, cujos propósitos eram o de constituir uma classe de trabalhadores rurais com base na pequena propriedade em oposição à classe dos grandes latifundiários. Neste sentido uma obra póstuma de Couty: **Pequena Propriedade e Imigração Européia**. Rio de Janeiro, 1887. Obra esta, anotada e precedida de uma introdução de Alfredo d'Escagnole Taunay serviu como propaganda das ideias defendidas pela Sociedade Central de Imigração em 1887.¹⁸ Cabe entender como Louis Couty foi lido, e utilizado, pelos seus contemporâneos.

O recorte temporal deste estudo deve ser mais amplo do que o exato período que Louis Couty residiu no Brasil (1879-1884). Pois, suas observações da sociedade brasileira da época se basearam muito de suas análises da história brasileira, cabendo à Lei do Ventre Livre (1871) observações importantes e um debate com o Senador abolicionista francês Victor Shoelcher. O uso de seus escritos por parte de seus contemporâneos como fonte de informação para o entendimento das questões imigrantistas tornou-se recorrente. Assim, faz-se necessário definir o ano da Abolição da escravidão (1888) como ponto final do recorte histórico.

Louis Couty dava as bases de seu pensamento sobre a sociedade brasileira, após visitar e empreender pesquisas sobre o principal produto do país, o café: “... me convenci que (...) o homem e o solo, tinha no Brasil uma importância inigualável; resumindo, o solo precisava do homem”.¹⁹

Com relação aos pesquisadores que se dedicaram à compreensão da história brasileira do ponto de vista das questões relacionadas ao problema da mão-de-obra, especialmente no período imperial, pode-se dizer que o uso do tema foi trabalhado a partir de diversas abordagens.

O papel que a Lei do Ventre Livre teve no processo de organização e formação do mercado de trabalho livre no Brasil foi o objeto de análise de Ademir Gebara.²⁰

¹⁸ Emilia Viotti da Costa. “Da Senzala à Colônia”. Editora Ciências Humanas LTDA. 2º edição, São Paulo, 1982. pp. 58-59.

¹⁹ Louis Couty. “*O Brasil em 1884, Esboços Sociológicos*”. Tradução de Ligia Vassalo, Senado Federal, Fundação Casa de Rui Barbosa – MEC. Brasília - Rio de Janeiro, 1984. pp. 15.

²⁰ “Tanto a abolição quanto a transição para o mercado de trabalho livre são aspectos que se inter-

Seguindo esta perspectiva, Maria Lúcia Lamounier discutiu a função da Lei de Locação de Serviços de 1879, o seu significado, sua relação com a Lei do Ventre Livre (1871), e com os movimentos de tensão entre fazendeiros e trabalhadores, particularmente imigrantes e nacionais livres, nas questões relativas aos contratos de trabalho.²¹

Sergio Silva evidenciou a existência de laços entre expansão cafeeira e industrialização. Sendo a expansão cafeeira e a industrialização dois estágios da “transição capitalista” no Brasil.²² Cheywa Spindel investigou, ao longo da evolução do processo econômico de 1850-1930 - a expansão cafeeira -, as alterações que se processaram no conjunto das relações sociais de produção - passagem de uma economia estruturada com base no trabalho servil para uma organização econômica baseada no trabalho livre -, ou seja, nas relações dos homens entre si, através dos meios de produção.²³ A autora procurou provar como se processou a introdução da organização capitalista na produção cafeeira. Para tanto considera a figura do comissário e sua evolução para banqueiro ou fazendeiro, como fonte para compreensão deste processo.²⁴

Lúcio Kowarick abordou a constituição do mercado de mão-de-obra livre a partir do uso do trabalhador nacional livre. Trabalhou a questão da representação que este nacional tinha face às elites do Império: vadio e inapto ao trabalho. E que esta imagem destorcida do livre nacional foi sempre um fator material e ideologicamente reiterado pelos representantes da elite cafeeira, com o fito de, reproduzir a escravidão e depois criar oferta abundante de braços com a imigração.²⁵ O uso do trabalhador livre se

relacionam, porém, abolição e transição não constituem *per se* o núcleo central da argumentação; pois o exame desse processo histórico permite identificar o projeto central da classe dominante, durante uma fase crítica da formação histórica brasileira, especialmente no que se refere ao fornecimento de mão-de-obra no volume adequado para sustentar a expansão agrícola e, politicamente mais relevante, ao controle do mercado de trabalho, fatores que assume notável urgência depois de 1871”. Ademir Gebara. *Op. Cit.* pp. 14.

²¹ Maria Lúcia Lamounier. *Da Escravidão ao Trabalho Livre: (A Lei de Locação de Serviços de 1879)*. Editora Papyrus. Campinas. 1988.

²² Sergio Silva. *Op. Cit.* pp. 18.

²³ Cheywa R. Spindel. *Homens e Máquinas na transição de uma economia cafeeira*. Editora Paz & Terra. 1980. pp. 21.

²⁴ Idem. pp. 46-47. A respeito da figura do comissário no processo de expansão cafeeira cf. Stanley J. Stein, *Vassouras: um município brasileiro do café 1850-1900*. E Maria Sylvia de Carvalho Franco, *Homens livres na ordem escravocrata*.

²⁵ Lúcio Kowarick. *Trabalho e Vadiagem: A origem do trabalho livre no Brasil*. Editora Paz e Terra, 2ª

evidenciava nas atividades secundárias da expansão cafeeira do Centro-Sul como derrubada de matas para formação de novas lavouras. Serviços que eram perigosos, e que por sua vez, o imigrante não queria desempenhar e o escravo, por ter seu preço elevado, não eram utilizados.²⁶

O uso de trabalhadores nordestinos na expansão cafeeira do Centro-Sul foi alvo de análise de Paulo César Gonçalves. Em seu trabalho este historiador evidenciou a participação do retirante nordestino - homem livre nacional - como elemento importante no processo de expansão da lavoura cafeeira.²⁷

Celia Maria Marinho de Azevedo dedicou algumas páginas de seu trabalho na análise dos livros de Couty. De acordo com esta autora Couty lançou alicerces profundos para amparar as imagens paradisíacas da sociedade brasileira dos Oitocentos, suas descrições do Brasil como uma sociedade multirracial serviriam de argumento para atrair imigrantes, pois evidenciariam a ausência de conflitos étnicos – principalmente se comparassem a escravidão no Brasil com as da América Central: Haiti e do Norte: Estados Unidos.²⁸ Assim, tornou-se porta-voz do imigrantismo; seus livros e artigos procuravam a todo o tempo mostrar uma suposta superioridade do trabalho livre do imigrante europeu.

Foram três os interlocutores de Couty: os senhores de escravos, a quem procurava convencer da irracionalidade do trabalho escravo e da necessidade de uma redistribuição agrária; o governo, o qual deveria incentivar a imigração européia; e por fim os abolicionistas, contra os quais argumentava em favor de uma emancipação não imediata, apenas gradual dando-se tempo para solucionar a grande questão de como substituir o escravo.²⁹

edição. Rio de Janeiro - RJ. 1994. pp. 103.

²⁶ Paula Beiguelman. *A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro: Aspectos Políticos*. Editora Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais. 2ª. Edição. São Paulo, 1978. pp. 104-105.

²⁷ Paulo César Gonçalves. *Migração e mão-de-obra: retirantes cearenses na economia cafeeira do centro-sul (1877-1901)*. Editora Humanitas. São Paulo. 2006.

²⁸ Celia Maria Marinho de Azevedo. *Op. Cit.* pp. 65-66.

²⁹ Idem. *Op. Cit.* pp. 66.

*Le Brésil n'a pas de peuple**, esta talvez seja a mais conhecida frase de Louis Couty, e que sintetiza a sua principal tese, a de que - como afirmou Kátia M. de Queirós Mattoso em sua introdução para o livro de Couty, **A Escravidão no Brasil** - o Brasil não tinha mão-de-obra necessária para o seu desenvolvimento.³⁰ E que, para tanto era necessário a importação de braços, especialmente os de origem européia. Esta frase reflete outra perspectiva, a da imagem que as elites tinham da sociedade brasileira, e a de que era necessário mudar a representação do país. José Murilo de Carvalho utilizou Louis Couty para discutir o tema da cidadania e, analisa esta frase da seguinte maneira:

Segundo Couty, que escreveu este texto em 1881, entre os índios e escravos de um lado, calculados por ele em uns dois milhões e meio, e os 500 mil proprietários de escravos, do outro, vegetavam seis milhões de pessoas (...) Seu pessimismo preconceituoso ia ao ponto de achar que não seria possível formar tal massa de cidadãos com elementos nativos. Seria necessário buscar cidadão na Europa através do incentivo à imigração.³¹

O uso de Louis Couty como objeto desta pesquisa justifica-se pela riqueza de informações que seus escritos oferecem para compreensão das transformações nas relações de trabalho e da representatividade que este trabalhador tinha na sociedade brasileira do período imperial. José de Souza Martins, em seu estudo sobre as transformações do trabalho no período de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, discutindo o que ele chamou de a produção capitalista de relações não-capitalistas de produção: o regime de colonato nas fazendas de café utilizou os escritos de Louis Couty como fonte em suas análises. E a respeito deste, disse: “(...) autor de estudos fundamentais sobre a economia do café e a transição para o trabalho livre (...)”³² Nesse sentido acreditamos na contribuição desta pesquisa para ampliar a compreensão deste momento da história do Brasil.

Gislene Aparecida dos Santos abordou as ideias de Louis Couty como sendo uma das que naturalizaram a inferioridade dos negros no Brasil. Discutindo as raízes

* “O Brasil não tem povo”.

³⁰ Kátia M. de Queirós Mattoso. *Op. Cit.* 18.

³¹ José Murilo de Carvalho. “*Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*”. Cia. Das Letras. 3ª edição. São Paulo. 2006. pp. 66-67.

³² José de Souza Martins. “*O Cativo da Terra*”. Editora Hucitec, 7ª edição, São Paulo 1998. pp. 18.

históricas do racismo, a autora estudou o percurso das ideias que, ao longo da história do Brasil tinham em seu cerne um racismo que pretendia justificar uma suposta inferioridade do negro. Para tanto, Santos recorreu a alguns pensadores brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil: José Bonifácio, Joaquim Nabuco, Nina Rodrigues e Louis Couty, assim, através do estudo de suas ideias a respeito da escravidão e do negro, trazer a tona algumas respostas para uma questão candente no Brasil, a do racismo. O estudo que esta autora desenvolveu trouxe informações importantes para o desenvolvimento desta pesquisa, principalmente a respeito das ideias universais, Iluminismo, Liberalismo e Evolucionismo. Ideias européias que influenciaram estes autores, e especialmente Couty:

Os textos de José Bonifácio, Joaquim Nabuco, Louis Couty e Nina Rodrigues, se podem ser considerados tributários de algumas ideias desenvolvidas no século XVIII [Iluminismo], são mais propriamente frutos do pensamento do século XIX; são símbolos da conjunção entre liberalismo e evolução.³³

Assim, é precípuo compreender um pensamento que teve grandes influências na sociedade brasileira. Gislene dos Santos, afirma ainda que Couty fazia uma leitura etnológica da história e da sociedade e,

...ele apenas deseja efetivar os anseios daqueles que fundamentavam o racismo de então, deixar que a raça superior (branca), capaz de cultura, sobreponha-se às raças inferiores e possa levar a nação ao brilho e ao progresso.³⁴

Desta forma, acreditamos na importância desta pesquisa, pois Couty procurou entender o seu momento e com isto contribuiu para o seu entendimento. Como observou Jean-Jacques Becker, citando Marc Bloch: “a história consiste não apenas em saber como os acontecimentos ocorreram, mas igualmente como foram percebidos”.³⁵

³³ Gislene Ap. dos Santos. “*A Invenção do Ser Negro*”. Educ-Fapesp. 2002. pp. 164.

³⁴ Gislene Ap. dos Santos. *Op. Cit.* pp. 93.

³⁵ Jean-Jacques Becker. “*A Opinião Pública*” in. *Por uma história política.* (org.) René Rémond. FGV Editora. 2ª edição. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro. 2003. pp. 201.

Procurar entender o pensamento de Louis Couty é refletir sobre como os fatos e acontecimentos de seu tempo foram pensados pelos seus agentes. O tempo é o do Brasil Império, mais precisamente os anos que vão depois da Lei Eusébio de Queiroz que pôs fim ao tráfico intercontinental de escravos e o da Lei de Terras ambas as leis do ano de 1850 até a Abolição da Escravidão em 1888. Os agentes desse tempo - seus homens - eram os escravos, os colonos imigrantes que aos poucos chegavam ao Brasil, os homens livres que formavam as bases da sociedade brasileira, os fazendeiros, cafeicultores proprietários do solo a ser cultivado. Solo este, que era cultivado por aqueles homens. E também havia aqueles homens que procuraram entender seu tempo e analisar a sociedade brasileira dos oitocentos. É este o contexto que nos interessa o contexto das ideias. E é com o estudo do pensamento de Louis Couty que procuraremos dar a contextura dos textos. E como observou J. G. A. Pocock em relação à maneira do historiador do pensamento político abordar o estudo de um documento.

Podemos também considerá-lo como um tecido de afirmações, organizadas por seu autor em um único documento, mas acessíveis e inteligíveis tanto se tiverem como se não tiverem sido harmonizadas em uma única estrutura de significado. A meta do historiador é, agora, o resgate dessas afirmações, estabelecimento dos padrões de discurso e pensamento que compõem os vários contextos em que eles se tornaram inteligíveis e a busca de quaisquer mudanças no emprego normal desses padrões que possam ter ocorrido em resultado das afirmações feitas.³⁶

Objetivos

Analisar o pensamento de Louis Couty em relação à totalidade que o problema da mão-de-obra envolveu no contexto histórico da formação e organização do mercado de trabalho livre no Império, tendo como pano de fundo a discussão dos interesses elitistas de como deveria se constituir a nação brasileira. Assim, saber como suas ideias se relacionaram com o pensamento em voga e com as transformações políticas, sociais e econômicas do último quartel do século XIX. Contextualizar o pensamento de Louis Couty neste momento da história brasileira e esquadrihar o seu discurso expondo suas principais teses e propostas para a sociedade brasileira das últimas décadas dos oitocentos. Procurar entender como Louis Couty foi lido à época e como seu discurso

³⁶ John A. G. Pocock. *“Linguagens do Ideário Político”*. Edusp. São Paulo, 2003.

foi utilizado como propaganda das ideias imigrantistas pela Sociedade Central de Imigração. E também como é lido e classificado pela historiografia. Cotejar os escritos de Louis Couty com o de outros autores do período. Autores que tinham o tema da mão-de-obra como objeto de análise.

A Metodologia Para a Reflexão do Pensamento

O método pelo qual pretenderemos explicar nossos objetivos não se limita a uma seara do conhecimento humano. A história do pensamento, ou das ideias, história intelectual e/ou cultural, como observou Francisco Falcon, necessita de uma pluralidade disciplinar e conceitual.³⁷ Assim sendo, como ficou evidente no corpo deste texto o uso de estudiosos de diversas áreas do conhecimento: sociólogos,³⁸ psicólogos/filósofos,³⁹ historiadores que tem em suas áreas de atuação os domínios do econômico⁴⁰ e do político,⁴¹ procuraremos entender o pensamento de Louis Couty tendo como linha metodológica o domínio do político. Uma história política renovada ou rejuvenescida como definiu René Rémond, que com um traço característico: “foi um fator decisivo da renovação da história política – a diversidade das procedências, a variedade das formações, numa palavra, a pluridisciplinaridade”.⁴² Esta história política⁴³ será, portanto, a linha mestra desta pesquisa acerca do pensamento de Louis Couty.

³⁷ Francisco Falcon. “História das Ideias”. In. *Domínios da História: Ensaios de teoria e metodologia*. (orgs.) Ciro Flamarion Cardoso. & Ronaldo Vainfas. Editora Campus. Rio de Janeiro. 1997. pp. 91. Outra discussão sobre esta ramificação da história pode ser conferida em: Richard Tuck. “História do Pensamento Político”. In. Peter Burke. (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. Tradução: Magda Lopes. Editora Unesp. São Paulo. 1992.

³⁸ José de Souza Martins. *Op. Cit.*

³⁹ Gislene Ap. Santos. *Op. Cit.* Esta autora desenvolveu seu mestrado no campo da filosofia e seu doutoramento na área da psicologia.

⁴⁰ Paulo César Gonçalves. *Op. Cit.*

⁴¹ José Murilo de Carvalho. *Op. Cit.*

⁴² René Rémond. “Uma História Presente”. In. *Por uma história política*. (org.) René Rémond. FGV Editora. 2ª edição. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro. 2003. pp. 29.

⁴³ Uma análise muito interessante desta retomada ou renovação da história política é feita por Vavy Pacheco Borges. “História e Política: laços permanentes”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo. v. 12, n° 23/24. set. 1991/ago. 1992. “Dois grandes eixos – bastante imbricados – explicam, portanto, os movimentos da chamada história política: as mudanças sociais, que condicionam a reflexão sobre o político, e os progressos da história como forma de conhecimento, decorrentes sobretudo da interdisciplinaridade.” pp. 18.

Analisar as fontes, os escritos de Couty, para compreender o seu pensamento será necessário indagar o texto procurando seguir uma exemplificação feita por Francisco Falcon a respeito da história do pensamento, ou ideias: “... as indagações se dirigem ao texto ou ao discurso, e também à mensagem, mas sempre de olho na intertextualidade e na contextualização”.⁴⁴

Nesta pesquisa trabalharemos com o pensamento de Louis Couty em relação à totalidade que o problema da mão-de-obra teve no período de organização do mercado de trabalho livre no Brasil Império, estabelecemos, para tanto, um recorte histórico (1871-1888). Buscaremos fazer o que Ronaldo Vainfas chamou de ideal, ao se referir a história-síntese e a micro-história,

não são, portanto, necessariamente excludentes. São abordagens que se pode combinar, em graus variáveis, num mesmo livro, numa mesma pesquisa. Talvez o ideal seja mesmo tentar buscar no recorte micro os sinais e relações da totalidade social, rastreando-se, por outro lado, numa pesquisa de viés sintético, os indícios das particularidades.⁴⁵

No caminho das observações metodológicas que darão as ferramentas necessárias para a realização satisfatória desta pesquisa citamos trecho de um artigo escrito por Ciro Flamarion Cardoso em que nossos pressupostos epistemológicos podem ser sintetizados:

Elton, um estudioso do período Tudor, acha que o objetivo da história política é, como sempre foi, ‘estudar a maneira em que grupos de seres humanos, durante os diferentes períodos, conseguiram organizar suas vidas coletivas e dirigir aqueles aspectos que determinaram as relações no interior do grupo e com outros grupos externos’. Isto é, a história política é a história dos seres humanos ‘na ação pública’, no sentido de descrevê-la e explicá-la. Assim sendo, o historiador da política precisa: 1) analisar as leis, a constituição, a administração; 2) entender (quase sempre de segunda mão, através de uma bibliografia) os fenômenos sociais e econômicos; 3) ter uma boa idéia de como funcionam mentes, pensamentos, atitudes; 4) analisar as fontes da ação que visa a conseguir poder e responder aos interesses e suas exigências.⁴⁶

⁴⁴ Francisco Falcon. *Op. Cit.* pp. 95.

⁴⁵ Ronaldo Vainfas. “Caminhos e Descaminhos da História”, p. 447 in. “Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia”. Org. Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1997.

⁴⁶ Ciro Flamarion Cardoso. “História do Poder, História Política”, in. Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, v. XXIII, nº 1, junho de 1997, p. 136.

Por fim, nesta explanação em que procuramos expor o modo que acreditamos ser o mais adequado para compreender o pensamento de Louis Couty, citamos um trecho em que René Rémond afirma a renovação do político, enfatizando sua característica principal que é o contato com as outras áreas do saber humano, e que é a base metodológica desta pesquisa:

De fato, a renovação da história política foi grandemente estimulada pelo contato com outras ciências sociais e pelas trocas com outras disciplinas. É uma verdade geral a utilidade, para todo ramo do saber, de abrir-se a outros e acolher contribuições externas, mas o objeto da história política, sendo por sua natureza interdisciplinar, torna isso uma necessidade mais imperativa que em outros casos. É impossível para a história política praticar o isolamento: ciência-encruzilhada, a pluridisciplinaridade é para ela como o ar de que ela precisa para respirar.⁴⁷

Fontes Principais

COUTY, Louis. **A Escravidão no Brasil**. Tradução de Maria Helena Rouanet; Rio de Janeiro. Ministério da Cultura, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

COUTY, Louis. **O Brasil em 1884. Esboços Sociológicos**. Tradução de Ligia Vassalo. Brasília - Rio de Janeiro. Senado Federal, Fundação Casa de Rui Barbosa – MEC, 1984.

REBOUÇAS, André. **Agricultura nacional: estudos econômicos. Propaganda abolicionista e democrática (1883)**. Estudo introdutório de Joselice Jucá. 2ª. Ed. Fac-similar. Recife. FUNDAJ. Editora Massangana. 1988.

WERNECK, Luiz Peixoto de Lacerda. **Idéias sobre a colonização precedidas de uma sucinta exposição dos princípios gerais que regem a população**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemert, 1855.

Bibliografia

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites – século XIX**. 3ª edição. São Paulo. Editora Annablume, 2008.

BEIGUELMAN, Paula. **A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro: Aspectos Políticos**. 2ª. Edição. São Paulo. Editora Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1978.

CARDOSO, Ciro Flamarion, & VAINFAS, Ronaldo, (Orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1997.

CARDOSO, Ciro Flamarion. “História do Poder, História Política”, *in*. **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, v. XXIII, nº 1, junho de 1997.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3ª edição. São Paulo. Cia. Das Letras, 2006.

⁴⁷ René Rémond. *Op. Cit.* pp. 29.

- CARVALHO, José Murilo. “Modernização Frustrada: A Política de Terras no Império”. In. **Revista Brasileira de História**, março de 1981.
- COSTA, Emilia Viotti. **Da Senzala à Colônia**. 2^o edição. São Paulo. Editora Ciências Humanas LTDA, 1982.
- FALCON, Francisco. “História das Ideias”. In. **Domínios da História: Ensaio de teoria e metodologia**. (orgs.) CARDOSO, Ciro Flamarion. & VAINFAS, Ronaldo. Rio de Janeiro. Editora Campus, 1997.
- FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho, **Homens Livres na Ordem Escravocrata**. São Paulo. Editora Alfa-Ômega, 1979.
- GEBARA, Ademir. **O Mercado de Trabalho Livre no Brasil (1871-1888)**. São Paulo. Editora Brasiliense, 1986.
- GONÇALVES, Paulo César. **Migração e mão-de-obra: retirantes cearenses na economia cafeeira do centro-sul (1877-1901)**. São Paulo. Editora Humanitas, 2006.
- GONÇALVES, Paulo Cesar. **Mercadores de Braço: Riqueza e Acumulação na Organização da Imigração Européia para o Novo Mundo**. Tese de Doutorado. FFLCH/USP. São Paulo. 2008.
- HALL, Michael M, “Reformadores de classe média no Império brasileiro: a Sociedade Central de Imigração”. **Revista de História**. São Paulo, ano XXVII, v. LIII, 1976.
- KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e Vadiagem: A origem do trabalho livre no Brasil**. 2^a edição. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1994.
- LAMOUNIER, Maria Lúcia. **Da Escravidão ao Trabalho Livre: (A Lei de Locação de Serviços de 1879)**. Campinas. Editora Papirus, 1988.
- MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. 7^o edição. São Paulo. Editora Hucitec, 1998.
- MATTOSO, Katia M. de Queirós. “Introdução”. **A Escravidão no Brasil**, de COUTY, Louis. Tradução de Maria Helena Rouanet. Rio de Janeiro. Ministério da Cultura, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.
- PINTO, Virgílio Noya. “Balanço das transformações econômicas no século XIX”. In. MOTA, Carlos Guilherme. (org.) **Brasil em perspectiva**. 14^a ed. São Paulo. Difel, 1984.
- RÉMOND, René, **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. 2^o edição, Rio de Janeiro. Editora FGV, 2003.
- SANTOS, Gislene Ap. dos. **A Invenção do Ser Negro: Um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros**. São Paulo - Rio de Janeiro. Editora Educ-Fapesp-Pallas, 2002.
- STOLCKE, Verena e HALL, Michael M., “Introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo”, in **Revista Brasileira de História**, n^o 6, setembro de 1983.
- POCOCK, A. G. John. **Linguagens do Ideário Político**. Edusp. São Paulo, 2003
- TUCK, Richard. “História do Pensamento Político”. In. BURKE, Peter. (org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**. Tradução: Magda Lopes. São Paulo Editora Unesp, 1992.
- VAINFAS, Ronaldo. “Caminhos de Descaminhos da História”. In. **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**.Org. Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1997.